

IV PROJETAR 2009

PROJETO COMO INVESTIGAÇÃO: ENSINO, PESQUISA E PRÁTICA

FAU-UPM SÃO PAULO BRASIL

Outubro 2009

Eixo: Situação

O PROJETO COMO PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

OTAVIO CURTISS SILVIANO BRANDÃO

PROF. DR. EA/UFMG – R. Paraíba 697 Belo Horizonte/MG

e-mail ocsb@ufmg.br

RESUMO

Ao se perguntarem como se ensina, aprende ou faz projeto, professores, estudantes e profissionais de projeto parecem acreditar que um algo, um modo ou uma coisa têm que preencher a lacuna aberta pela pergunta. Além disso, acreditam que esse preenchimento precisa ser feito antes de se começar a ensinar, aprender ou praticar a profissão. Acredita-se que, para tanto, é necessária a posse prévia, em mãos, de algum conjunto sólido de informações para se usar como lastro. Em opção a este modo de ver o assunto, este trabalho procura apresentar outro modo de se pensá-lo: aqui se enfoca a produção do conhecimento, seguindo a senda inaugurada por Vico, mais que o conhecimento produzido. E propõe, após visitar Nietzsche e alguns pensadores do processo, que a concepção segundo a qual conhecer é o mesmo que criar pode ser útil a quem se ocupa do projeto.

Palavras-chave: cognição, conceito, processo, projeto arquitetônico.

ABSTRACT

When architects, design teachers and design students ask themselves how to design, it seems that something or some know-how must fulfill the gap this question opens. Moreover, they believe that this fulfillment must be done before they begin to teach, learn or practice design. They believe that, for a design to be done, knowledge must come first, as a foundation. As an option to this way of seeing the subject, this paper searches another way: instead of establishing knowledge as a ground, it turns to the production of knowledge, following Vico's thought. And it proposes, after visiting Nietzsche and some thinkers, that the conception under which to know is the same as to create can be useful to those concerned with design.

Keywords: cognition, concept, process, architectural design.

RESUMEN

Al preguntarse como se enseña, aprende o hace proyecto, profesores, estudiantes y profesionales de proyecto parecen creer que algo, un modo o una cosa tienen que cubrir la laguna abierta por la pregunta. Además, creen que eso precisa ser realizado antes de comenzar a enseñar, aprender o practicar la profesión. Se cree que, para eso, es necesaria la posesión previa de algún conjunto sólido de informaciones que sean usadas como base. En opción a este modo de ver el asunto, este trabajo procura presentar otro modo de pensar el mismo: este artículo enfoca más la producción del conocimiento, siguiendo la senda inaugurada por Vico, que el conocimiento producido. Y propone, después de estudiar a Nietzsche y a algunos pensadores del proceso, que la concepción según la cual conocer es lo mismo que crear puede ser útil a quien se ocupa del proyecto.

Palabras-clave: cognición, concepto, proceso, proyecto arquitectónico.

Quero falar de sua mania de negar o que é, e de explicar o que não é. (E. A. Poe, *Duplo Assassinato na Rua Morgue*)

As epistemologias realistas e suas vertentes positivistas têm em comum certa concepção metafísica acerca do conhecimento, segundo a qual se supõe uma realidade dotada de unidade, identidade e estabilidade, distinta da realidade cotidiana, essa efêmera, mutável e imperfeita. Segundo essa concepção, o conhecimento verdadeiro significa a adequação das proposições cognitivas a essa realidade dada. O conhecimento é visto como estoque instrumental, ou seja, um conjunto de dados sólidos, verdadeiros e confiáveis, prontos para serem utilizados quando necessário (em nosso caso, quando nos dispomos a elaborar um projeto). Esse tipo de conhecimento se daria sobre uma realidade finita, estável, determinada ou determinável, e cuja existência seria anterior à entrada em cena do arquiteto. Assim, o mundo seria cognoscível ou descritível a partir da acumulação de conhecimentos, e o conhecimento dessa realidade revelaria sua essência. Esse modo de se aproximar do problema do conhecimento se apóia na crença na existência de alguma forma de determinação interna própria a essa realidade, e supõe que essa determinação é, também, cognoscível. Além disso, as epistemologias realistas e positivistas defendem que, para se obter o conhecimento da realidade, é necessário e possível que ela seja dividida em partes menores e simples (DESCARTES, 1979, p. 23), sendo essa divisão feita a partir de categorias preestabelecidas (LE MOIGNE, 1999, p. 18-21).

Neste ponto, insiro a figura do arquiteto. O que precisa o arquiteto conhecer para saber fazer projeto? Essa é uma pergunta que cabe. Porém, nela está embutida a concepção acerca do processo de projeto segundo a qual o arquiteto precisa fundamentar seu projeto em um conjunto qualquer de conhecimentos. Ou seja, amparado pelas epistemologias realistas, é difundida a crença, entre arquitetos, professores e alunos, de que é necessário saber para, em seguida, projetar. Até aqui estamos no domínio do discurso, e a crença na adequação deste à prática do projeto, ou seja, a noção de que a prática é tal como ele descreve, deixa de fora o saber prático, saber das mãos e do olho. Como qualquer discurso, o discurso acerca do projeto representa, isto é, ele é uma interpretação acerca da realidade primeira dada pela prática – ele é um modo de se concebê-la, mas, a partir daí, dizer que ele é idêntico a ela seria ignorar a realidade de segunda ordem do discurso.

A concepção pela qual a prática do projeto é um reflexo de uma outra realidade, a do discurso racional, remete a concepções metafísicas segundo as quais este mundo é o duplo de um outro, como nos ensina Rosset:

A duplicação do real [...] constitui a estrutura fundamental do discurso metafísico, de Platão aos nossos dias. Segundo esta estrutura metafísica, o real imediato só é admitido e compreendido na medida em que pode ser considerado a expressão de um outro real, o único que lhe confere seu sentido e a sua realidade. Este mundo aqui, que em si mesmo não tem nenhum sentido, recebe a sua significação e o seu ser de um outro mundo que o duplica, ou melhor, do qual este mundo aqui é apenas um sucedâneo enganador. (ROSSET, 1988, p. 41).

Este trabalho se ocupa sobre outro tipo de relacionamento que o projeto pode ter com o tema do conhecimento. Ao invés do discurso acerca do conhecimento suficiente, o discurso da produção do conhecimento enfoca o conhecimento prático: coisa que se faz com o corpo, dotada um saber próprio, só de longe entrevisto pelo discurso. Para se compreender melhor o que quero dizer com o conhecimento prático, é útil a analogia com outro conhecimento prático: para se aprender a andar de bicicleta, não é suficiente a leitura de livros a respeito do assunto.

Essa posição, a respeito da relação entre conhecimento e projeto, é derivada da de Bryan Lawson: quando argumenta a favor da busca do conhecimento acerca do projeto como sendo útil para o arquiteto, ele enfatiza o saber operacional, mais que o especulativo. Nesse sentido,

ele é consciente de que esquemas, como os que ele mesmo apresenta para descrever o mecanismo atuante nas diversas etapas de um projeto de arquitetura, são feitos mais por aqueles que pensam sobre o projeto do que pelos que fazem projetos. Por isso, sua utilidade é limitada, uma vez que os pensadores do processo não são, necessariamente, os melhores arquitetos (LAWSON, 2000, p. 39). O autor, então, sugere ao arquiteto o abandono de teorias ou esquemas, e uma maior atenção ao estudo empírico, pois o arquiteto, diferente do cientista, trabalha não para compreender problemas, mas para providenciar soluções.

A seguir, serão apresentadas as críticas nietzschianas a alguns conceitos fundantes das epistemologias realistas - as coisas, os fatos, o sujeito, o objeto, a verdade e a realidade, e, em seguida, as posições, sobre o assunto, das epistemologias construtivistas e de Wolfgang Jonas, para quem a atividade de projeto não tem e não carece de fundamentos, uma vez que trafega entre o saber e o não-saber.

ILUSÕES

Nietzsche gosta de experimentar com pensamentos – ousar pensar algumas coisas para averiguar suas condições de possibilidade. Ele, na senda de Heráclito, pensa o mundo como devir. Uma vez que tudo o que existe está em pleno devir, a atividade do intelecto consiste em produzir a ficção do conhecimento:

Para tornar possível o mais ínfimo grau de conhecimento foi preciso que nascesse um mundo irreal e errôneo: seres que acreditassem na duração, no indivíduo etc. Foi preciso que nascesse um mundo imaginário que era o contrário do eterno fluxo. A partir de então foi possível, sobre esse fundamento, instituir algum conhecimento. (NIETZSCHE, 1995, citado por ROCHA, 2003, p. 79).

Aqui, “a ilusão não é um simples acidente do conhecimento, mas sua origem e fundamento, sua condição de possibilidade” (ROCHA, 2003, p. 79). O conhecimento é visto como ilusório, pois qualquer conhecimento seria, necessariamente, conhecimento acerca de um ser. Uma vez que o devir mantém os seres em estado de transformação perpétua, o conhecimento acerca de um ser nunca se estabelece. A pretensão ao conhecimento dito “exato” perde o sentido. Se não mais existe o porto seguro da exatidão e da verdade, todas as perspectivas passam a ser o que sempre foram: apenas perspectivas.

O perspectivismo nietzschiano, em oposição à aposta grega no cosmos ordenado, concebe o mundo como carente de uma coerência interna escondida. Não há nenhum ponto de vista privilegiado, absoluto ou incondicionado, através do qual a verdade das coisas se desvelaria, imaculada. A cada perspectiva, uma nova organização de mundo. Uma vez que abre mão de pressupostos metafísicos, o perspectivismo aponta para a impossibilidade da existência de algo como uma coisa-em-si:

Não há nenhum “estado de coisas em si”. [...] O “o que é isso?” constitui uma postulação de sentido a partir da perspectiva de algo outro. A “essência”, a “essencialidade” é algo perspectivístico e já supõe uma multiplicidade. (NIETZSCHE, 2002, p. 159, aforismo 2(149)).

Ou, nas palavras de Sílvia Rocha,

não há uma substância que permaneça inalterada por trás dos sucessivos acidentes e que seja suporte de diferentes atributos. [...] Uma vez retiradas as perspectivas, nada resta de permanente que possa ainda ser denominado “coisa”. (ROCHA, 2003, p. 36).

Também estão alinhados com a crítica nietzschiana ao conceito de coisa-em-si Danto (1980, p. 77) e Fogel, também comentadores de Nietzsche. Para Danto, o problema “o que é uma coisa” não tem como ser respondido senão através de uma perspectiva qualquer, e nunca a partir de um lugar isento. Fogel, por sua vez, ataca o duplo metafísico pelo qual se concebe a realidade, trazendo-a de volta à sua contingência:

Afinal, qual o ser, a essência mesma, da mesa, da laranja? Onde é que está o profundo da mesa, da laranja, das coisas? “Atrás” das coisas? “Além” delas? [...] Bem, se a essência de uma coisa está “atrás” ou “além” dela, então a coisa não é mais a coisa. [...] E, estranho, tudo é superfície, sempre só superfície. [...] Parece que o ser das coisas está mesmo no seu aparecer. (FOGEL, 2003, p. 18.).

À crítica a uma realidade composta por coisas se adiciona a crítica à existência de algo como “fatos”:

Contra o positivismo que fica preso ao fenômeno “só há fatos”, eu diria: não, justamente fatos é o que não há, e sim apenas interpretações. Não podemos constatar nenhum fato “em si”: talvez seja um absurdo querer algo assim. (NIETZSCHE, 2002, p. 164, aforismo 7(60)).

Essa última é esclarecida por Scarlett Marton: “Não existe nenhum fato científico que não nos seja apresentado como uma interpretação de um suposto fato científico” (informação verbal)¹. Aquilo que tomamos como um fato é já o resultado da atividade cognitiva e interpretativa do homem, isto é, o que acreditamos ser um fato é a crença em um suposto fato, mediada por nós através de instrumentos e perspectivas. Para tanto, é suficiente constatar que não existe nenhum instrumento capaz de auferir a adequação entre nossas percepções sobre as coisas e as coisas propriamente ditas.

Ainda, cabe notar que “o perspectivismo não é um idealismo ou filosofia do sujeito. Quem interpreta, justamente, não é o *sujeito* – uno, permanente e sempre idêntico a si mesmo, mas seus afetos – múltiplos, variáveis e mesmos contraditórios” (ROCHA, 2003, p. 85-86). Assim, tal como ocorre com os conceitos de coisa e fato, os conceitos de sujeito e objeto também são criticados por Nietzsche. A imagem de mundo que privilegia a compreensão deste como devir, mais que como ser, impede que o sujeito, assim como ocorre com a coisa, seja visto como uno ou permanente, senão na realidade do duplo proposta por Platão em sua teoria das idéias. Além disso, essa imagem desmonta a distinção entre sujeitos e objetos, proposta pela concepção metafísica embutida nas ciências positivas², que os supõem como “seres” completamente independentes e externos uns em relação a outros, e ainda

preexistentes à atividade de conhecer. [...] O perspectivismo se estende ao sujeito e ao objeto, que não subsistem como pólos independentes e exteriores, mas que são eles próprios efeitos deste espaço. O próprio sujeito é produzido pela coisa, é um reflexo da coisa. (ROCHA, 2003, p. 108).

Calcada na crítica ao “ser” imune ao devir proposta por Heráclito, a distinção entre sujeitos e objetos provoca incorreções no discurso acerca do projeto, uma vez que não se pode falar em

1 Conforme nota de aula, tomada durante palestra da professora Marton no colóquio “Pensar contra Nietzsche”, organizado pelo grupo GEN e realizado na FFLCH-USP, em São Paulo, entre 25 e 28 de agosto de 2005.

2 Denomino como ciência positiva uma concepção acerca da ciência, na qual essa se baseia nas suposições, de origens positivistas, de um tempo linear, dotado de início e fim; de uma realidade dada e independente daquele que a observa e da possibilidade de se obter o conhecimento completo dessa realidade.

sujeitos ou objetos estáveis, unos e externos uns em relação a outros, que não sejam conformados pelas condições nas quais existem. Interdependentes, sua constituição não é mais determinada ou finita: sujeitos e objetos estão em conformação mútua e contínua. Se, para o caso em questão, considerarmos o sujeito como o arquiteto e o objeto como o projeto, essa proposição sugere que arquitetos e projetos fazem-se mutuamente: assim como o projeto é produzido pelo arquiteto, este também o é, pelo projeto. O projeto ensina o arquiteto a projetar: a via é de mão dupla. O que sou é, pelo menos em parte, feito pelo que fiz e pelo que faço.

A partir da crítica à metafísica proposta pelo perspectivismo e sua decorrente inexistência de um ponto de vista incondicionado, é também inevitável a renúncia aos conceitos de realidade e verdade. O que comumente se denomina “realidade” não é mais uma coisa-em-si, a maior delas, uma vez constatada a participação dela no devir. Pela visada perspectívica, a realidade não é mais que um conjunto de interpretações nem sempre concordantes entre si. Não existe nenhuma “realidade” que se situe para além do próprio ato de interpretar. Por fim, se a verdade é, segundo as epistemologias realistas, adequação do conhecimento à realidade, uma vez que não se pode falar em realidade estável, também não tem sentido se falar em verdade. Toda verdade é interpretação, e toda interpretação, ou seja, toda visada ou perspectiva tem sua origem no próprio mundo, sendo assim incapaz de transcendê-lo para determinar sua “verdade”. Deriva desse modo de pensar o pensamento fraco (*pensiero debole*) de Gianni Vattimo, segundo o qual não existe nenhuma possibilidade, da parte do pensamento, de afirmar ou alcançar qualquer verdade estável ou definitiva.³

PERSPECTIVISMO E RELATIVISMO

Pode o perspectivismo nietzschiano ser equiparado a um relativismo estéril, uma vez que nivela todos os modos de apreensão do mundo, e onde, em última hipótese, nada pode ser dito sobre nada, inviabilizando qualquer conhecimento possível sobre o mundo? Formulando de outro modo, pode o perspectivismo ser acusado de niilismo, no sentido tradicionalmente atribuído à filosofia de Nietzsche, segundo o qual nada teria valor ou sentido, mas não no sentido propriamente nietzschiano, no qual niilista é o metafísico, que menospreza este mundo em favor de paraísos idealizados?

Ao buscar definir o termo “relativismo”, responde Latour:

Relativismo: esse termo não se refere à discussão da incomensurabilidade dos pontos de vista – que deveria chamar-se absolutismo – mas unicamente ao processo mundano pelo qual são estabelecidas relações entre pontos de vista graças à mediação de instrumentos. Dessa forma, insistir no relativismo não enfraquece as conexões entre as entidades, porém multiplica os caminhos que nos permitem passar de uma perspectiva a outra. (LATOUR, 2001, p. 354–355).

Em uma definição na qual “relativismo” deixa de significar incomunicabilidade entre autistas para tornar-se seu contrário, isto é, trânsito por entre perspectivas diversas, constituintes de uma realidade multiforme, Latour bebe em águas nietzschianas.

CONHECIMENTO E VONTADE DE POTÊNCIA

Nietzsche contrapõe dois conceitos: vontade de verdade e vontade de potência. Para ele, a vontade de verdade tem cunho metafísico e implica na vontade de um mundo verdadeiro, estável e seguro. Daí, segundo ele, a teoria platônica das idéias e a construção metafísica do

3 FORMA MENTIS, [200-]. Disponível em <http://www.forma-mentis.net/Filosofia/Vattimo.htm>. Acesso em 4 dez. 2008.

céu cristão, onde se situariam vidas eternas. Assim definida, a vontade de verdade está ancorada no modo dualista de se conceber a existência, já apresentado aqui. A vontade de verdade é a vontade de se supor a existência, nunca verificada, de mundos metafísicos onde não se encontram a passagem do tempo e o decaimento, a mudança e a complexidade que limita o papel da razão. Contra essa vontade de verdade se insurge a vontade de potência nietzschiana. Movendo-se num mundo doravante desprovido de essências fundamentais, cada um constrói representações desse mundo. E “é impossível impedir que [cada um] procure impor sua interpretação ao que o cerca; no fim das contas, a vontade de potência é impulso de apropriar e dominar” (MARTON, 1990, p. 211). O mundo torna-se, a partir desse ponto de vista, campo de forças instáveis em permanente tensão. Conhecer esse mundo, então, deixa de significar uma tentativa de obtenção de correspondência exata entre o pensamento e uma suposta realidade fundamental, fixa e distante de nossos sentidos, para passar a ser compreendido como entrada em relação entre agentes. Como vimos em Danto, “o que é isso?” torna-se “o que é isso para mim?”, sendo que o autor dessa fala procura instituir sua legitimidade. Nas palavras de Rocha, a vontade de potência é aquela que prescinde de um sentido inerente às próprias coisas e reivindica-se para si a tarefa de criar sentidos e instituir valores (ROCHA, 2003, p. 62). Se não há sentido inerente, o criador o institui, o que pode ser depreendido das palavras de Nietzsche: “A formação das coisas é, do começo ao fim, obra do conceptualizador, pensador, aspirante, inventor” (NIETZSCHE, 2002, p. 160, aforismo 2(152)). A vontade de potência é uma filosofia da afirmação, ou seja, da constituição da legitimidade do ato do inventor.

A vinculação entre a vontade de potência e a criação de formas, sentidos e valores diz respeito à atividade do arquiteto. Fazer projeto significa, então, mover-se naquele campo de forças instáveis em permanente tensão e disputa de poder, campo dado pela relação entre o arquiteto e os condicionantes de toda ordem aos que um projeto está sujeito. Ali ele precisa, a um só tempo, instituir a forma do projeto, instituir um sentido que não terá como se sustentar se não for a partir da própria luta que os diversos interesses travam entre si e, por fim, instituir valores como regras de sua própria constituição e auto-legitimação.

AS EPISTEMOLOGIAS CONSTRUTIVISTAS

Em contraposição ao modo como as epistemologias realistas concebem o conhecimento, as correntes construtivistas sustentam que a única possibilidade de se conhecer algo é através de sua construção. Mais que compreendido como coisa dada, o conhecimento é focado sob o ângulo de sua produção. Tal como o conhecimento, a realidade não está aí, como querem os defensores das epistemologias realistas. Ao invés de ser vista como coisa dada, ela passa a ser compreendida como coisa construída ativamente pelo sujeito. Esse raciocínio tem suas origens no renascimento, quando o homem deixa de fazer parte passiva da criação divina, para começar a transformar a natureza e a modelá-la à sua imagem. A Descartes, que propunha jamais acolher algo como verdadeiro, a não ser que fosse absolutamente evidente (DESCARTES, 1979, p. 23), Vico respondeu que o verdadeiro e o feito são uma só coisa (*verum ipsum factum*), isto é, o verdadeiro não é mais algo preexistente ao sujeito que o observa mas, ao contrário, só existirá se for feito. Para as epistemologias construtivistas, o conhecimento implica um sujeito conhecedor interessado, e não tem sentido ou valor sem ele. Essa concepção se afasta do ideal de conhecimento desinteressado, proposto pela ciência positiva, e se aproxima da vontade de potência nietzschiana, ao recolocar em cena o jogo de interesses como motor de todo conhecimento. Mais que descobridores, os conhecedores construtivistas são inventores de uma realidade desde já artificial. Mais que interessados na legitimação do conhecimento através da adequação desse a uma realidade supostamente determinada, o construtivismo permite construir conhecimentos factíveis. Seus conhecimentos são possíveis, mais que necessários, assim como os pensamentos “experimentais” de Nietzsche. A legitimação dos conhecimentos factíveis é possibilitada através de argumentação, reprodutibilidade e viabilidade de construção. O conhecimento construído pelo sujeito, no mesmo gesto em que se organiza a si mesmo, organiza também seu modo de construção, fazendo de conhecimento e construção uma e a mesma coisa. Organizar, construir e dotar de sentido passam a fazer parte de um mesmo movimento. Assim, o conhecimento deixa de ser uma representação da realidade, mas a possibilidade mesma de sua construção. A própria noção de representação como cópia de algo outro está em questão, uma vez que qualquer

representação passa a ser uma outra coisa, produzida de acordo com as contingências inerentes a seus próprios agentes, isto é, qualquer representação é construção. Assim, o sentido do que é construído se encarna em si próprio e, não mais, por meio de alguma representação cuja intervenção não tem como ser transparente, uma vez que seu autor é responsável por um percurso específico que, ao final dos trabalhos, gera um produto igualmente específico.

O construtivismo pode ter influências significativas no trabalho de arquitetos, uma vez que propõe o abandono da compreensão do projeto como representação de idéias ou seqüência metódica de operações, para que esse seja visto como uma construção em andamento. A produção do projeto pode ser vista como produção de conhecimento, ou seja, processo ativo de busca de ordenação do fluxo amorfo de experiências, através do estabelecimento de relações e com vistas a lhes atribuir sentido. Assim, para o arquiteto, conhecimento não necessariamente significa um conjunto de dados dos quais ele deve se munir para enfrentar um projeto: mais que isso, fazer projeto não é mais sinônimo de produzir a partir de dados provindos de uma realidade não mais dada. A partir das colocações das epistemologias construtivistas, pode-se pensar que não é conhecendo a (suposta) essência de uma dada realidade que um arquiteto está apto a fazer projeto, pois seu trabalho depende de sínteses não obtíveis através de procedimentos pré-dispostos. Assim visto, seu trabalho pode ser o de construção de uma realidade, à qual o sentido a ser dado depende de sua própria organização interna.

CONHECIMENTO E CRIAÇÃO

Gilvan Fogel, em seu livro *Conhecer é criar* (2003), também propõe uma noção de conhecimento afastada daquelas dadas pelas epistemologias realistas e mais próxima às teorias construtivistas. Fogel nos lembra que, em francês, conhecer (*co-naître*) significa “nascem com”, onde autor e obra nascem no mesmo gesto. “Saber ou conhecer diz isto: *participar dessa hora de irrupção*; tomar parte e, assim, cofazer [*sic*] essa hora ou esse acontecimento de eclosão, de nascimento” (FOGEL, 2003, p. 15). Alinhada com o pensamento nietzschiano, essa proposição também ecoa o pensamento de Vico e as epistemologias construtivistas, já apresentadas aqui.

Fogel critica a noção de conhecimento desinteressado, proposto pela teoria do conhecimento clássica. Para ele, todo conhecimento só pode ser, inversamente, interessado. Para tanto, Fogel se baseia no perspectivismo nietzschiano: “conhecer [...] mostra-se agora para nós como o *trans-portar-se* ou o *trans-por-se* para o interesse, a perspectiva ou a pré-ocupação que põe e instaura o que se mostra ou aparece tal como se mostra ou aparece.” Mais adiante, esclarece sua concepção a respeito de “interesse”:

“Inter-esse”, isto é, ser entre. Uma espécie de entre-ser, quer dizer, ser sempre já dentro ou desde dentro de um modo de ser. Enfim, ser *sempre* já permeado [...] por um interesse ou por uma perspectiva. [...] Assim, o lugar ou o interesse é “onde” ou “desde onde” as coisas são vistas – melhor: onde ou desde onde elas se fazem visíveis. (FOGEL, 2003, p. 28).

Quem se interessa não se coloca em uma posição que valoriza o conhecimento desinteressado, ou a vontade de verdade desinteressada, como o proposto pela ciência positiva. “*Per-spicere* quer dizer “ver através”, isto é, no e desde o *elemento* ou *medium* interesse” (FOGEL, 2003, p. 29): isto é, perspectivismo e interesse são indissociáveis.

Uma imagem de mundo que propõe que o conhecimento seja indissociável da coisa conhecida responde à pergunta a respeito de quem está apto a produzir conhecimento, em projeto. Por essa via, é o arquiteto, e, não, o epistemólogo ou o teórico, quem tem melhores condições de produzir conhecimento em sua área. Conhecer, em projeto, pode ser compreendido como o próprio ato de se fazer projeto: deliberar, a todo instante, sobre o desenho do percurso, no qual

se administram os entrechoques motivados por interesses distintos, promovendo inflexões na forma.

Aqui, também, opta-se por uma posição, diante do projeto, em que o resultado dos trabalhos só se dá ao final dos mesmos: a idéia, o que quer que se compreenda por isso, não tem maior valor para o conhecimento ou a consecução da forma do que o percurso desenvolvido pelo projeto: para se saber qual será a forma de um projeto, é necessário que ele seja feito. Aquele projeto que se encontra na idéia não tem como ser conhecido.

JONAS E O NÃO-SABER

O pensamento de Wolfgang Jonas nos mostra que o projeto sempre foi uma disciplina que trabalhou com o conceito de não-saber. Ao invés de expandir a rede de uma aparente racionalidade científica, o arquiteto cruza, a todo tempo, as fronteiras entre o conhecido e o desconhecido. Aceitar o fato de não se conhecer o final das atividades de um determinado projeto pode ser uma alternativa promissora para se obter o novo – justamente, o desconhecido. Assim como, segundo Nietzsche e sua vontade de potência, não há conhecimento “puro”, ou “desinteressado”, mas apenas conhecimento de, isto é, assim como o conhecimento liga aquele suposto sujeito ao seu suposto objeto, tornando-os mutuamente dependentes, assim também não se pode conceber a atividade criativa arquitetônica como a reprodução, no papel e na obra, de uma idéia “pura”, previamente “desenhada” na mente, nem como a aplicação, não menos “pura”, de um conjunto de procedimentos estocados para tanto. Se não há um conhecimento possível sobre um real que se recusa a ser coisa-em-si, objetivo e apartado do sujeito que o observa, a projeção nos permite, ao mesmo tempo, negociar e ver como negociamos os limites daquilo que compreendemos como sendo o real. Em projeto, compreendemos os processos pelos quais os limites do real são continuamente formados e reformados (DILNOT, 1998, citado por JONAS, 2002). Assim, o projeto, mais que fundado em conhecimentos preexistentes, é atividade fundante da própria realidade que instaura.

PROJETO COMO PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

De acordo com a defesa de Fogel, conhecer passa a significar *co-naître*, em que conhecimento e coisa conhecida nascem no mesmo gesto. Distante da abordagem segundo a qual o conhecimento se dá sobre uma realidade supostamente dada, ele passa a ser concebido, como o projeto arquitetônico, como coisa em evolução e objeto de construção, sobre uma realidade em contínuo devir. E ambos objetivam a produção de sentido, a partir da constatação da ausência de uma ordem preexistente. Também como sugerido pelas epistemologias construtivistas, o tipo de conhecimento necessário para se fazer um projeto está sempre por ser feito, e sua construção é simultânea à construção do projeto. Esse conhecimento é interessado, e, nisso, muito mais identificado com a vontade de potência nietzschiana do que com a vontade de verdade metafísica, com suas idéias, ideologias ou ideais, pretendentes à posição de fundamento. Voltar-se para a produção do conhecimento tem sentido quando esse, ao invés de se localizar dentro do âmbito de origens e categorias pré-definidas, ou ainda de ideologias existentes e datadas, se abre, como o projeto fundante, para a formação de seu próprio âmbito, desenho ou recorte.

Se o ato de se produzir conhecimento tem alguma utilidade, essa poderia ser a utilidade da liberação de âmbitos pré-definidos e supostos, sobre os quais ele se debruçaria. Inversamente, produz-se conhecimento através de pesquisa e pesquisar é procurar e se interessar menos pelo que já se sabe do que pelo que ainda não se sabe. A produção do conhecimento e a produção do projeto, compreendido como pesquisa, têm também isso em comum.

Não sendo finito ou restrito a uma realidade finita, o conhecimento abre-se em um leque não determinado. Assim, não existe um conjunto dado de antemão, pronto para ser utilizado pelo arquiteto, nem um corpo de conhecimentos estático que supre as necessidades de conhecimento do qual ele deve estar munido para fazer projeto.

O DESENHO EM MOVIMENTO

Em minha tese de doutorado, eu acompanhei o projeto de uma casa, elaborado por uma equipe de arquitetos atuantes em Minas Gerais. A seguir, apresento uma análise de um desenho elaborado então, sendo que um relato extensivo do projeto se encontra detalhado em minha tese de doutorado.

A FIG. 1 pode ser considerada como uma seqüência de desenhos condensados em um só, se considerarmos o tempo decorrido entre o início e o término de sua confecção. Mais que uma coisa, ou representação de uma coisa, ele mostra algo em movimento: um corpo construído em L, de cabeça para baixo, ao qual tenta-se encaixar um retângulo girado, em sua parte inferior direita. O desenho tem traços de espessura variada; alguns deles dizem respeito ao retângulo, enquanto outros traços, menos repetidos, dizem respeito ao L invertido, que não está em questão no momento.

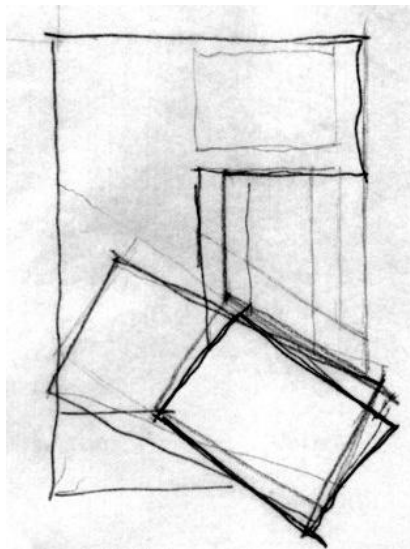


FIGURA 1– Desenho em movimento

FONTE: foto do autor.

Esse estudo de encaixe não se encontra finalizado nesse desenho, o que me leva a concluir que o desenho apresenta uma situação de movimento, mais que uma representação. Durante o transcurso de tempo necessário à confecção do desenho, o arquiteto buscou conhecer algumas possibilidades de encaixe do retângulo no L. Para tanto, por algumas vezes, a proporção entre o lado maior e o menor do retângulo foi alterada. Essas alternativas foram elaboradas em lápis sobre papel, como poderiam ter sido elaboradas em maquetes ou através de *softwares* como o *SketchUp*. Se o desenho tivesse sido elaborado na tela do computador, isso dificultaria minha análise, uma vez que a tela não deixa rastros, a menos que se aperte a tecla *print screen* a cada mudança significativa. Ainda assim, cada imagem gerada por meio desse expediente diria respeito a apenas um estado dessa evolução, enquanto o desenho sobre papel mostra um conjunto de opções superpostas: mostra um movimento.

O desenho não era, àquela altura, coisa na idéia, ou simplesmente idéia, uma vez que, se o fosse, não perceberíamos movimento no retângulo girado. Se fosse idéia, a psicografia de sua representação não revelaria ou necessitaria transcurso de tempo destinado a estudo. Ainda assim, poder-se-ia supor que o desenho teve sua origem na idéia: por exemplo, um arquiteto pode ter suposto que, girando um retângulo no qual todos os quartos e banheiros estivessem alocados, esse bloco se ajustaria ao L. Mas isso, desde Boudon (2004), não é idéia, mas uma operação de concepção.

Ao manusear o lápis sobre o papel, mesmo que sem saber o que iria desenhar, e justamente por isso, o arquiteto experimenta. O desenho está em movimento pois o arquiteto experimenta possibilidades de encaixe do retângulo no L. Como diria Habraken, a necessidade do desenho surge justamente por não se saber o que será desenhado. Se se soubesse, não precisaria mais ser desenhado. Nessa questão coloca-se um “o que” entre o arquiteto e o desenho: em outras palavras, alguma espécie de conhecimento. Se o arquiteto em questão soubesse o que desenhar, então não haveria a necessidade de desenhar o que a FIG. 1 dispõe. Para saber este “o que” o arquiteto lança mão de uma ferramenta: o desenho. Para ter algum corpo de conhecimentos, o arquiteto tem que construí-lo (aqui, o mesmo que projetá-lo), e a legitimação sobre que tipo de conhecimento é necessário para se fazer projeto, se não for construída juntamente com o projeto, também não está dada de antemão. Assim, para se fazer projeto, constrói-se um corpo de conhecimentos, não necessariamente de ordem verbal ou numérica, mas, pelo contrário, muito específico ao trabalho de quem conforma. Se o conhecimento é específico, conhecimento e projeto legitimam-se mutuamente, não mais por adequação a uma suposta realidade, mas pelo jogo argumentativo interno que estabelecem entre si suas diversas proposições.

Durante um projeto, e a se valorizar a hipótese da inutilidade de recursos legitimadores metafísicos, para se resolver determinada questão, lança-se mão desta ou daquela ferramenta, escolhida caso a caso, à medida que se supõe que seu emprego pode ser útil. Isso é diferente de se estabelecer um conjunto de conhecimentos prévios para que, uma vez de posse deles, alguém seja julgado competente para a realização de projetos. O conhecimento necessário para a elaboração do projeto é definido mais pela prática do que pela teoria. É um conhecimento relacionado com a experiência que tem o profissional no manuseio das ferramentas que ele escolhe para utilização. Pela prática, ele sabe que tais e tais ferramentas podem ser úteis para lhe auxiliar na elaboração de um dado projeto.

Ao final dos trabalhos de projeto, a forma produzida torna-se conhecimento de si própria. Suas soluções podem não ter utilidade para mais nenhum outro projeto. Assim, o conhecimento advindo da elaboração de um projeto pode não servir para ingresso em algum manual de procedimentos, para ser estocado em algum arsenal, para servir como instrumento de previsão de uma realidade desde já determinada ou para enfrentamento de questões futuras. Com isso não quero significar que aquele conhecimento, advindo da prática, não poderá servir aos fins aludidos acima, mas apenas que ele não foi construído para tais fins.

O conhecimento, assim produzido e compreendido, não é adequação a alguma realidade estabelecida antes da entrada em cena do arquiteto, sob o risco de transformar os trabalhos de projeto em mero espelhamento ou representação de alguma coisa dada de antemão. Como conhecimento factível, ele não está vinculado à produção do necessário, mas do contingente. Ao invés de pretender asseverar verdades, ele anuncia possibilidades de existência.

BIBLIOGRAFIA

BOUDON, Phillipe. *Conception*. Paris: La Villette, 2004.

BRANDÃO, Otavio. *Sobre fazer projeto e aprender a fazer projeto*. 2009. 271 f. Tese (Doutorado em arquitetura, área de concentração Projeto de arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

DANTO, Arthur C. *Nietzsche as philosopher*. New York: Columbia University Press. 1980.

DESCARTES, René. *El discurso del método*. Bogotá: Linotipo, 1979.

DILNOT, Clive. The science of uncertainty: the potential contribution of design to knowledge. In: *PROCEEDINGS OF THE OHIO CONFERENCE*, 1998, Pittsburgh: Carnegie Mellon University, p. 65–97.

FOGEL, Gilvan. *Conhecer é criar*: um ensaio a partir de F. Nietzsche. São Paulo: Discurso, 2003.

GLASERFELD, Ernst von. An introduction to radical constructivism. In: WATZLAWICK, P. (Ed.) *The invented reality: how do we know what we believe we know?* New York: W. W. Norton & Company, 1984. p. 17–40.

HABRAKEN, John. The control of complexity. *Places*, Cambridge, v. 4, n. 2, 1987.

JONAS, Wolfgang. Mind the gap! – on knowing and not-knowing in design or: there is nothing more theoretical than a good practice. *Téchne: Proceedings of design wisdom*, Barcelona, p. 28–30, Apr. 2003. Disponível em: <http://www.ub.es/5ead/PDF/KS/Jonas.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2006.

LATOUR, Bruno. *Ciência em ação*: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Unesp, 2000.

LATOUR, Bruno. *A esperança de Pandora*: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos. Bauru: Edusc, 2001.

LAWSON, Bryan. *How designers think: the design process demystified*. 3rd ed. Oxford: Architectural Press, 2000.

LE MOIGNE, Jean-Louis. *Les épistemologies constructivistes*. Paris: Presses Universitaires de France, 1999. (Col. Que sais-je ?).

MARTON, Scarlett. *Nietzsche: das forças cósmicas aos valores humanos*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

NIETZSCHE, Friedrich. *Volonté de puissance*, Paris: Gallimard, 1995. 2 v.

NIETZSCHE, Friedrich. *Fragmentos finais*. Seleção, tradução e prefácio de Flávio R. Kothe. Brasília: Ed. UNB, 2002.

ROCHA, Sílvia Pimenta Velloso. *Os abismos da suspeita*: Nietzsche e o perspectivismo. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2003.

ROSSET, Clément. *O real e seu duplo*: ensaio sobre a ilusão. Porto alegre: L&PM, 1988.

VICO. De antiquissima italorum sapientia. In: *Opere complete*. Firenze: Sansoni, 1971.

LISTAGEM DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 2– Desenho em movimento
FONTE: foto do autor.